



Bolsonaro é eleito presidente do Brasil com 55% dos votos



Tônia Regó/Agência Brasil

Deputado federal do PSL supera Fernando Haddad (PT) no segundo turno das eleições, realizado ontem. Ele recebeu 57,8 milhões de votos, contra 47 milhões do adversário. Brancos e nulos somaram 11 milhões

Jair Messias Bolsonaro, 63 anos, é paulista, militar da reserva e está no sétimo mandato na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro. Surgiu como figura pública no fim dos anos 1980, protestando contra os baixos salários pagos à corporação. Foi eleito vereador do Rio em 1988. Dois anos depois, elegeu-se deputado federal. Desde então, permaneceu na Câmara por outras seis legislaturas, de 1995 a 2018. Sua campanha baseou-se na bandeira da segurança pública, do nacionalismo, do fim da corrupção e de uma política econômica de cunho liberal. Seu vice é o general da reserva do Exército Antônio Hamilton Martins Mourão.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, parabenizou o presidente eleito e defendeu uma “reconciliação nacional, com base no respeito à Constituição, às diferenças e aos direitos fundamentais da população”. Bolsonaro tomará posse em 1º de janeiro, em sessão solene no Congresso conduzida por Eunício. **2 e 3**

Posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República acontecerá em 1º de janeiro de 2019 em sessão solene no Congresso Nacional

Comissão da MP das Loterias terá audiência amanhã

A comissão mista da MP das Loterias realiza audiência pública amanhã, último debate antes da apresentação do relatório do senador Flexa Ribeiro, prevista para quarta-feira. O texto reduz repasses para a segurança pública, mas aumenta para o Fundo Penitenciário Nacional e para as áreas de cultura e esporte. A medida provisória tem que ser votada pelo Congresso até 28 de novembro. **2**

Eleitores renovam governadores em estados e no DF

Treze estados e o Distrito Federal escolheram governadores no segundo turno das eleições. Nos sete estados em que os governadores tentavam recondução ao cargo, apenas três tiveram sucesso. Serão reconduzidos para um novo mandato Waldez Góes, no Amapá, Reinaldo Azambuja, em Mato Grosso do Sul, e Belivaldo, em Sergipe. O estado com a disputa mais apertada foi São Paulo: João Dória superou Márcio França com 51,75% dos votos. **3**

Senadora Fátima Bezerra será a única mulher a governar estado

A senadora Fátima Bezerra foi eleita ontem governadora do Rio Grande do Norte com 57,6% dos votos. Será a única mulher a chefiar um estado a partir de 2019. Seu primeiro suplente é o empresário Jean-Paul Prates, que vai assumir o mandato no Senado até 2023. Outros dois senadores que disputavam o segundo turno em seus estados não foram eleitos: João Capiberibe, no Amapá, e Antonio Anastasia, em Minas Gerais. **3**

Além de senadora, Fátima Bezerra foi deputada estadual e deputada federal



Elsa Este

Projetos sobre energia elétrica são destaque na pauta de colegiado



Gerardo Magela/Agência Senado

A Comissão de Infraestrutura analisa amanhã projetos sobre o uso racional da energia. Um deles estipula meta mínima, até 2040, de 60% de energia produzida a partir de fontes renováveis na matriz energética brasileira. Hoje o país já possui quase 40% da oferta interna de energia proveniente de fontes renováveis, com destaque para a biomassa e a fonte hidráulica. O outro projeto obriga o compartilhamento de postes entre os municípios. **4**

Eduardo Braga (à mesa) é o presidente da Comissão de Infraestrutura

Texto acaba com aprovação automática de alunos **4**

Regra de correção do salário mínimo pode ser prorrogada **2**

Comissão vai discutir amanhã guarda compartilhada **4**

Medida diminui dinheiro de loterias para segurança

A MP, no entanto, ampliou os recursos destinados ao Fundo Penitenciário Nacional. As áreas de cultura e esportes também passaram a receber percentuais maiores das apostas. Texto será debatido amanhã

A comissão mista da MP das Loterias realiza audiência pública amanhã para subsidiar a análise do texto pelos parlamentares.

O relator da Medida Provisória 846/2018, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que está aguardando a realização da audiência para apresentar seu parecer. A MP está na pauta da reunião deliberativa da comissão de quarta-feira.



Roque de Sá/Agência Senado

Flexa (E) aguarda a realização da audiência para apresentar o relatório

Articulação

A MP das Loterias foi editada em agosto como uma nova versão da MP 841/2018, de junho e já sem validade. O texto atual nasceu a partir de uma articulação dos ministros da Cultura, Sérgio Sá Leitão, e do Esporte, Leandro Cruz, após pressões de entidades dos dois setores, uma vez que a MP anterior diminuía os repasses das loterias para essas áreas com o objetivo de aumentar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O governo prevê que a MP das Loterias garantirá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura.

Se não for votada até 28 de novembro, a MP pode perder a validade.

A medida determina que o FNSP receberá 9,26% da renda

das loterias em 2018. A partir do ano que vem, o percentual cairá para 6,8%. O texto também reduziu pela metade o repasse obrigatório do FNSP aos estados, de 50% para 25%.

A MP fixou em 15%, em 2018, o repasse da loteria instantânea exclusiva, conhecida como raspadinha, para o FNSP. O governo pretende conceder a raspadinha à iniciativa privada em leilão previsto para novembro.

Por outro lado, a medida amplia a cota destinada ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a partir de 2019, de 0,81% para 3%.

Cultura e esporte

Já o Fundo Nacional de Cultura (FNC), de acordo com a medida, terá direito a 2,92% dos repasses das loterias em 2018. A partir do ano que

vem, essa participação cairá para 2,91%. Com relação à raspadinha, a cota do FNC foi fixada em 0,4%.

A participação do Ministério do Esporte na arrecadação das loterias será de 3,5% em 2018 e 3,53% a partir do ano que vem.

Audiência

A reunião está prevista para às 14h30, com a presença de representantes dos Ministérios da Segurança Pública, da Cultura e do Esporte. Também foram convidados integrantes da Caixa Econômica Federal, da empresa de consultoria KPMG e da Secretaria de Acompanhamento Fiscal e Loterias do Ministério da Fazenda, além do jornalista Walter de Mattos Júnior (proprietário do jornal *Lance!*) e do advogado Pedro Trengrouse, especialista em direito desportivo.

Projeto estende regra de reajuste do salário mínimo

Um projeto de lei do Senado estende até 2023 as regras usadas atualmente para o cálculo do salário mínimo. De acordo com o PLS 416/2018, a remuneração dos trabalhadores deve ser corrigida pela inflação do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB) verificada dois anos antes. O texto, de Lindbergh Farias (PT-RJ), aguarda apresentação de emendas na

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) até quarta-feira.

O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006. As regras foram confirmadas em 2011 e 2015, mas a legislação em vigor só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. A partir dessa data, o Poder Executivo fica livre para definir se haverá reajuste e de quanto ele será.

O projeto tem duas novidades em relação à política em vigor: assegura aumento real de 1% ao ano, mesmo que o PIB apresente variação menor ou negativa, e estende as regras de reajuste a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. É o caso de aposentadorias, auxílios (doença, acidente e reclusão), salário-maternidade, salário-família e pensões por morte.

Nota sobre as eleições

O presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira, publicou nota após a divulgação dos resultados finais da eleição. Diz o texto:

A eleição é o ápice da democracia. Neste domingo, o povo brasileiro foi às urnas e escolheu Jair Bolsonaro para ser o próximo presidente da República Federativa do Brasil. Parabéns-o pela vitória eleitoral, ao tempo em que desejo um mandato consonante com as expectativas do povo e com a Constituição federal. Como cidadão, acredito que o futuro gestor dos destinos políticos do país busque desde já uma reconciliação nacional, com base no respeito à Constituição, às diferenças e aos direitos fundamentais da população. Boa sorte ao eleito e que Deus continue a abençoar nossa nação.

Eunício Oliveira
Presidente do Congresso Nacional

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TER
SEG

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

CI Fontes renováveis de energia

9h Entre 8 itens, o PLS 712/2015 que estabelece meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

CDH Deslocamento de pessoas

9h Debate sobre mobilidade humana.

CAE Mercadoria falsificada

10h O PLC 118/2014, que permite reaproveitamento de mercadorias falsificadas, é um dos 11 itens da pauta.

CRE Embaixada da Sérvia

10h Indicação de embaixador para a Sérvia. Após, votação de 4 itens.

CE Novas universidades públicas

11h30 Após 19 itens, discussão da proposta orçamentária de 2019 para universidades públicas criadas recentemente

CMCVM Lei Orçamentária de 2019

14h30 Emendas ao PLOA 2019.

CMMC Emendas

14h30 Emendas ao PLOA 2019.

MP 846/2018 Verba de loterias

14h30 Debate com os Ministérios da Segurança Pública e da Cultura, entre outros.

QUA

CMO Créditos especiais

15h Análise de projetos de lei que abrem crédito para órgãos do Executivo.

MP 844/2018 Marco do Saneamento

15h Eleição de presidente e vice.

CAS Perícias do INSS

9h Entre 16 itens, o PLS 154/2018, que obriga INSS a recrutar peritos de outros órgãos para perícias médicas.

CDR Lei Orçamentária de 2019

9h Emendas ao PLOA 2019. Após, pauta de 8 itens.

CCJ Pessoas desaparecidas

10h O PLC 144/2017, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, é um dos 22 itens.

CTFC Publicidade infantil em escolas

11h Na pauta de 13 itens, o PLC 106/2017, que proíbe publicidade infantil em escolas. Às 14h30, audiência pública para discutir o PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao tabagismo. Entre os convidados, representantes do Ministério da Saúde e da Universidade de Brasília.

MP 846/2018 Verba de loterias

14h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil

Com 57,8 milhões de votos, o deputado do PSL e seu vice, o general da reserva Hamilton Mourão, tomarão posse em sessão solene do Congresso no dia 1º de janeiro

JAIR MESSIAS BOLSONARO será o próximo presidente do Brasil. O deputado federal do PSL, de 63 anos, conquistou 57,8 milhões de votos (55,13% dos votos válidos). Ele derrotou no segundo turno das eleições presidenciais Fernando Haddad, do PT, que teve 47 milhões de votos (44,87% dos votos válidos).

Bolsonaro é paulista, militar da reserva e está em seu sétimo mandato na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro. Surgiu como figura pública no fim dos anos 80, protestando contra os baixos salários pagos à corporação. Foi eleito vereador do Rio de Janeiro em 1988. No fim de 1990, elegeu-se pela primeira vez deputado federal. Desde então, permaneceu na Câmara por mais outras seis legislaturas: de 1995 a 2018. Na eleição mais recente, em 2014, foi o candidato mais votado do Rio, com mais de 464 mil votos.

Sua campanha baseou-se na bandeira do nacionalismo, da segurança pública e do fim da corrupção. Também defendeu a família tradicional e os



Candidato vota em escola da zona oeste do Rio de Janeiro, estado pelo qual foi sete vezes deputado federal

valores conservadores. Comprometeu-se a implementar uma política econômica de cunho liberal.

A um mês do primeiro turno, Bolsonaro levou uma facada no abdome enquanto fazia campanha em Juiz de Fora (MG). Foi submetido a duas cirurgias e ficou o restante do

mês em recuperação. Recebeu alta em 29 de setembro. Mesmo fora do hospital, o capitão da reserva permaneceu em repouso e participou de poucos eventos fora de casa. Com a justificativa de não colocar em risco sua recuperação, optou por não participar de nenhum debate durante o segundo

turno. Seu principal contato com os eleitores foi por meio das redes sociais.

Para a campanha de 2018, declarou um patrimônio pessoal de R\$ 2,2 milhões. Seu vice é o general da reserva do Exército Antônio Hamilton Martins Mourão.

O candidato Fernando

Haddad teve 47 milhões de votos. Formado em direito pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado em economia e doutorado em filosofia, Haddad é professor universitário e foi ministro da Educação durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foi prefeito de São Paulo de 2013 a 2016, ano em que tentou a reeleição.

Ele assumiu a candidatura em 11 de setembro, em substituição ao ex-presidente Lula, que foi lançado pelo PT apesar de estar preso sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e barrado pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135, de 2010).

Posse

A cerimônia de posse do presidente da República eleito será em 1º de janeiro em sessão solene no Congresso Nacional, conduzida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Na sequência, o eleito seguirá para o Palácio do Planalto, onde Michel Temer passará a faixa presidencial.

Segundo turno consolida renovações nos estados

Treze estados e o Distrito Federal escolheram governadores no segundo turno das eleições. Nos sete estados em que os governadores tentavam se reeleger, apenas três tiveram sucesso. No total, somados os resultados do primeiro turno, dez candidaturas à reeleição tiveram sucesso no país e outras dez foram derrotadas.

É a primeira vez na história recente do Brasil, desde a redemocratização, que o número de reeleições bem-sucedidas para governos estaduais não supera o de reeleições fracassadas.

Serão reconduzidos para um novo mandato, de 2019 a 2022, Waldez Góes (PDT), do Amapá, Reinaldo Azambuja (PSDB), de Mato Grosso do Sul, e Belivaldo (PSD), de Sergipe.

O estado com a disputa mais apertada foi São Paulo. Ex-prefeito da capital, João Doria (PSDB) teve 51,8% dos votos válidos, superando o atual governador, Márcio França (PSB). A diferença entre os dois foi de pouco mais de 700 mil votos, num eleitorado de mais de 33 milhões de pessoas. Já a vitória mais larga se deu em Minas Gerais, onde o empresário Romeu Zema (Novo) obteve 71,9% dos votos válidos. Ele venceu o senador Antonio Anastasia, que já foi governador do estado.

Governadores eleitos

AMAPÁ	Waldez Góes (PDT) – 52,35% João Capiberibe (PSB) – 47,65%
AMAZONAS*	Wilson Lima (PSC) – 58,52% Amazonino Mendes (PDT) – 41,48%
DISTRITO FEDERAL	Ibaneis (MDB) – 69,79% Rodrigo Rollemberg (PSB) – 30,21%
MATO GROSSO DO SUL	Reinaldo Azambuja (PSDB) – 52,35% Juiz Odilon (PDT) – 47,65%
MINAS GERAIS	Romeu Zema (Novo) – 71,80% Antonio Anastasia (PSDB) – 28,20%
PARÁ	Helder Barbalho (MDB) – 55,43% Márcio Miranda (DEM) – 44,57%
RIO DE JANEIRO	Wilson Witzel (PSC) – 59,87% Eduardo Paes (DEM) – 40,13%
RIO GRANDE DO NORTE	Fátima Bezerra (PT) – 57,6% Carlos Eduardo (PDT) – 42,4%
RIO GRANDE DO SUL	Eduardo Leite (PSDB) – 53,62% José Ivo Sartori (MDB) – 46,38%
RONDÔNIA	Coronel Marcos Rocha (PSL) – 66,34% Expedito Júnior (PSDB) – 33,66%
RORAIMA*	Antonio Denarium (PSL) – 53,36% José de Anchieta (PSDB) – 46,64%
SERGIPE	Belivaldo (PSD) – 64,72% Valadares Filho (PSB) – 35,28%
SANTA CATARINA	Comandante Moisés (PSL) – 71,09% Gelson Merisio (PSD) – 28,91%
SÃO PAULO	João Doria (PSDB) – 51,75% Márcio França (PSB) – 48,25%

*Até o fechamento desta edição, os dados não haviam sido totalizados pelo TSE

Fátima Bezerra vai assumir o governo do Rio Grande do Norte

A senadora Fátima Bezerra (PT) foi eleita governadora do Rio Grande do Norte ontem, com 57,6% dos votos. Fátima venceu o ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo (PDT), que ficou com 42,4%. A governadora eleita terá como vice-governador Antenor Roberto (PCdoB). Será a única mulher a governar um estado a partir de 2019.

Maria de Fátima Bezerra é natural de Nova Palmeira (PB). Formada em pedagogia, tem 63 anos e exerce desde 2015 seu primeiro mandato como senadora. Foi professora da rede pública da Prefeitura de Natal e do governo estadual.

É filiada ao PT desde 1981. Foi deputada estadual por dois mandatos (1994 e 1998). Em 2002, foi eleita deputada federal, sendo reeleita em 2006 e 2010. Em 2014 elegeu-se senadora, derrotando a ex-governadora Wilma de Faria. Como ainda tem quatro anos de mandato no Senado, Fátima deve renunciar ao cargo em janeiro para assumir o Executivo estadual.

Seu primeiro suplente é o empresário do setor eólico Jean-Paul Prates (PT), que deve cumprir os próximos quatro anos do mandato no Senado.

Outros dois senadores na disputa de segundo turno para governador não tiveram o mesmo sucesso. Em Minas Gerais, Antonio Anastasia (PSDB) perdeu a disputa pelo governo do estado para o empresário Romeu Zema (Novo), que concorria pela primeira vez a um cargo público. Zema teve 71,9% dos votos, enquanto Anastasia ficou com 28,1%. O senador retorna à Casa para mais quatro anos de mandato.

No Amapá, João Capiberibe (PSB) acabou sendo derrotado pelo atual governador do estado, Waldez Góes (PDT). Em uma disputa apertada, Capiberibe recebeu 47,65% dos votos enquanto Góes alcançou 52,35%. O senador segue na Casa até 31 de janeiro de 2019, quando encerra seu mandato.

João Capiberibe chegou a ter a candidatura impugnada no primeiro turno por decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) porque sua chapa era formada também pelo PT, que não prestou contas dos gastos do Fundo Partidário. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no entanto, derrubou a decisão do TRE-AP, excluindo apenas o PT da disputa ao governo do estado.

Reprodução/USP



Porto de Pecém, no Ceará, investe na produção de energia renovável a partir do movimento das ondas do mar

Colegiado analisa projetos ligados a energia elétrica

Uma das propostas determina que, até 2040, 60% da matriz energética do país deve ser de fontes renováveis. Outro texto obriga prestadoras de serviço público a compartilhar postes com municípios

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) tem reunião marcada para amanhã, às 9h, com uma pauta voltada para projetos sobre o uso racional da energia. Uma proposta do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), por exemplo, adota uma meta mínima de 60% de energia produzida a partir de fontes renováveis na matriz energética brasileira até 2040.

Cristovam lembra na justificativa do PLS 712/2015 que o país já possui quase 40% da oferta interna de energia proveniente de fontes renováveis, com destaque para a biomassa e a fonte hidráulica. Ele pede, porém, uma meta ousada de substituição da energia oriunda do petróleo e de seus derivados por energia produzida por fontes renováveis, com baixa emissão de gás de efeito estufa.

O projeto foi aprovado pela

Comissão de Meio Ambiente (CMA) e terá decisão terminativa na CI, onde o relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), é favorável à aprovação do texto substitutivo acatado pela CMA. Ele alega que o novo texto pode dar “maior aderência à realidade e aos instrumentos já existentes na legislação do setor”. Pelo substitutivo, no entanto, as metas de participação de energia de fontes renováveis na matriz serão tratadas no Plano Nacional de Energia (PNE).

Matriz limpa

Para Lasier, é razoável prever o aumento da participação da energia de fontes renováveis a fim de obter uma matriz energética cada vez mais limpa, “indicando que há vontade política de fazer o país seguir no rumo da economia de baixo carbono”. Ele diz que a medida

também poderá atrair investidores do setor para o país.

Também consta da pauta da comissão o projeto que trata de licitação de energia elétrica produzida por empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável (PLS 107/2017). Apresentado pelo senador Hélio José (Pros DF), o projeto tem o apoio do relator, senador Roberto Muniz (PP-BA).

A comissão vai analisar também proposta que obriga as prestadoras de serviço público a compartilhar os postes com os municípios. O PLS 795/2015 também cria diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública. Da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), o projeto tramita no colegiado em caráter terminativo e tem o apoio da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Comissão de Combate à Violência contra a Mulher debaterá guarda compartilhada

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) reúne-se amanhã, às 14h30, para deliberar sobre oito requerimentos. O primeiro item da pauta é a realização de diligência no Rio Grande do Sul para discutir os impactos das leis da guarda compartilhada e da alienação parental como mecanismos de violência de gênero e institucional.

Outro requerimento visa à promoção de um seminário internacional sobre o mesmo tema, para aprofundar as discussões que envolvem a obrigatoriedade da guarda compartilhada e a alienação parental no Brasil, e conhecer as experiências e legislações de outros países.

De acordo com a autora do requerimento e relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), é importante garantir o convívio da criança com seus genitores após a

separação deles, mas é imprescindível conhecer a realidade de cada caso e não confundir o compartilhamento das responsabilidades parentais com a guarda compartilhada independentemente de acordo entre os pais.

— Percebemos que várias situações se instalam com a adoção do regime e essa é uma das motivações para a realização desse seminário: discutir os efeitos da aplicabilidade da Lei 13.058 que estabelece a guarda compartilhada após a alteração de 2014, quando passou de opção à obrigação, exceto se um dos pais abrir mão do direito ou caso o magistrado verifique que o filho não deva permanecer sob a tutela de um dos responsáveis — observa a relatora.

Na primeira parte da reunião serão apreciadas as emendas da comissão ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019.

Conselho tutelar deve ser notificado se faltas de aluno forem superiores a 30%

A notificação das faltas escolares de alunos dos ensinos fundamental e médio ao conselho tutelar será obrigatória quando superiores a 30%. Atualmente a lei obriga a comunicação quando as faltas superarem 50%.

É o que estabelece projeto na pauta de votações da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Da deputada federal Keiko Ota (PSB-SP), o PLC 89/2018 conta com o voto favorável do relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina aos estabelecimentos de ensino que enviem ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao Ministério Público a relação dos alunos que apresentem número de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei, que é de 25%.

Ao justificar a iniciativa, Keiko Ota defende ser necessário um acompanhamento mais rigoroso da presença dos alunos nas escolas e argumenta que a redução do percentual de faltas necessárias para que seja notificado o conselho tutelar resultará em uma intervenção mais precoce do poder público, minimizando os prejuízos à aprendizagem.

Cristovam Buarque, por sua vez, ressalta que o Estado precisa ser atuante na redução do número de faltas para efetivamente cumprir seu dever de oferecer a educação. Essa atuação deve ocorrer antes que faltas exageradas propiciem a repetência ou o desligamento do aluno da instituição de ensino.

“Essa atuação mais antecipada pode reduzir a repetência e evasão escolar”, observa Cristovam Buarque em seu relatório.

Fim da aprovação automática de alunos pode ser votado amanhã

O projeto que acaba com a aprovação automática de alunos nos ensinos fundamental e médio pode ser votado amanhã pela Comissão de Educação (CE). O PLC 127/2017 já possui relatório favorável do senador José Medeiros (Pode-MT), que concorda com o fim da aprovação de estudantes com notas insuficientes:

— A progressão continuada foi implementada no Brasil sem que houvesse uma mudança estrutural e pedagógica no sistema que sustentasse esse modelo. Ela se transformou em aprovação automática dos alunos, que avançam os ciclos sem estarem prontos, até que terminem seus estudos sem estarem preparados para o mercado de trabalho e para a vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinou que os alunos do ensino fundamental e médio cursem o ano seguinte ainda que não tenham atingido as notas mínimas para aprovação.

Pela lei, a reprovação só pode ocorrer ao fim de um ciclo, que compreende mais de um ano letivo ou série. Na avaliação de Medeiros, esse sistema está causando uma

decadência na qualidade da formação dos estudantes:

“Nosso país está deixando de crescer em razão da falta de qualidade na formação de nossos estudantes. Não é à toa que os resultados das avaliações de desempenho dos estudantes são vergonhosos e o Brasil ocupa uma das piores posições na avaliação mundial de educação, o Pisa [sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes]. Em 2015, entre 70 nações avaliadas, o Brasil ficou em 63º em ciências, 59º em leitura e 65º em matemática”, afirma o relator da proposta na Comissão de Educação.

O PLC 117/2017 foi apresentado pelo deputado Alexandre Leite (DEM-SP) em 2014 e aprovado pela Câmara em 2017. A proposta chegou ao Senado em outubro daquele ano, onde passou a tramitar em conjunto com o PLS 336/2017, do senador Wilder Morais (DEM-GO), que trata do mesmo tema.

Orçamento

Também está prevista na pauta da CE de amanhã a elaboração de emendas ao Orçamento da União de 2019 (PLN 27/2018) que beneficiem universidades públicas.



Para José Medeiros, regra da LDB está diminuindo qualidade do ensino